

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ANÁPOLIS: DESAFIOS, PERCEPÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA A CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Aline Soares de Sousa¹

Giovana Galvão Tavares¹

Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA¹

RESUMO

O presente resumo expandido apresenta o projeto de pesquisa intitulado “Educação Ambiental nas Escolas Municipais de Anápolis”, que busca compreender como a Educação Ambiental (EA) é abordada nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas da rede municipal e de que forma os estudantes percebem a temática das mudanças climáticas. A pesquisa insere-se no contexto da Lei nº 14.926/2024, que inclui a educação climática como eixo estruturante da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Trata-se de uma investigação qualitativa, descritiva e exploratória, baseada em análise documental dos PPP, aplicação de questionários e entrevistas com professores e estudantes, além da coleta de desenhos dos alunos como recurso metodológico. Os resultados esperados incluem a identificação de lacunas e potencialidades na abordagem da EA, a elaboração de um roteiro didático voltado ao 6º ano e a capacitação de educadores. Conclui-se que a pesquisa é relevante ao integrar aspectos legais, pedagógicos e sociais, contribuindo para a formação de uma cidadania crítica e ambientalmente consciente.

Palavras-chave: Educação ambiental; Mudanças climáticas; Escola.

INTRODUÇÃO

A preocupação mundial com a degradação ambiental ganhou força especialmente a partir da segunda metade do século XX. Obras como *Primavera Silenciosa* (CARSON, 1962) trouxeram à tona os riscos do modelo de desenvolvimento industrial, evidenciando seus impactos tanto na saúde humana quanto na natureza. A partir desse alerta, a Educação Ambiental (EA) começou a ser reconhecida como um caminho fundamental para despertar a consciência crítica e inspirar mudanças de valores e atitudes. Conferências internacionais como Estocolmo (1972) e Tbilisi (UNESCO, 1977) reforçaram essa visão, ao destacar a EA como uma prática educativa interdisciplinar, participativa e voltada para a transformação social – princípios que seguem atuais e indispensáveis (DIAS, 2016).

Esse movimento encontrou um marco histórico na Rio-92, quando o debate global avançou para além das preocupações ambientais e consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável. Foi também nessa conferência que surgiu a Agenda 21, um plano de ação que buscava integrar iniciativas locais e globais, mostrando a interdependência entre economia, sociedade e meio ambiente (ONU, 1992). Desde então, a agenda internacional se ampliou, culminando na Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses compromissos globais apontam que educação, justiça social, crescimento econômico e preservação ambiental não podem ser tratados de forma separada, mas como partes de um mesmo projeto de futuro (ONU, 2015). Nesse cenário, a Educação Ambiental ganha ainda mais relevância: é ela que conecta o cotidiano das escolas às metas mundiais de sustentabilidade.

No Brasil, esse movimento se consolidou em diferentes legislações. A Lei nº 9.795/1999 instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), enquanto a LDB (Lei nº 9.394/1996), a BNCC (BRASIL, 2017) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) (BRASIL, 2014) asseguraram que a EA esteja presente, de forma contínua e transversal, nos currículos escolares. Mais recentemente, a Lei nº 14.926/2024 tornou obrigatória a educação climática, ampliando o olhar da EA para incluir temas como mudanças climáticas, riscos socioambientais e proteção da biodiversidade (BRASIL, 2024).

O presente estudo, ainda em construção, busca analisar como a Educação Ambiental é incorporada aos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas municipais de Anápolis e compreender a percepção dos estudantes sobre as mudanças climáticas. Embora os resultados aqui apresentados correspondam à etapa inicial da pesquisa, a análise preliminar já permite refletir sobre a importância de fortalecer práticas pedagógicas e alinhar o cotidiano escolar aos compromissos assumidos nos ODS – especialmente o 4 (educação de qualidade) e o 13 (ação climática).

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. A metodologia contempla: (i) análise documental dos Projetos Político-Pedagógicos

(PPP) das escolas municipais de Anápolis, buscando compreender como a EA é abordada e integrada; (ii) aplicação de questionários e entrevistas a professores e estudantes para identificar percepções sobre mudanças climáticas; (iii) coleta de desenhos produzidos por alunos do 6º ano como recurso metodológico para captar sua visão sobre o ambiente e os impactos climáticos. A análise dos dados será realizada com o auxílio de softwares qualitativos, favorecendo a identificação de padrões e lacunas. A pesquisa ainda prevê revisão bibliográfica e análise documental à luz da legislação e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Todo o estudo será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), garantindo os direitos dos participantes mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

RESULTADOS

Os resultados esperados incluem: (i) mapeamento de como a EA está presente nos PPP das escolas municipais; (ii) diagnóstico das práticas pedagógicas relacionadas às mudanças climáticas; (iii) sistematização da percepção ambiental dos estudantes por meio de questionários e desenhos; (iv) elaboração de um roteiro didático para aplicação no 6º ano, promovendo consciência crítica; (v) capacitação de professores para o uso de metodologias inovadoras; e (vi) elaboração de recomendações para gestores educacionais. Além de contribuir com a comunidade escolar, espera-se que a pesquisa fortaleça a integração entre práticas pedagógicas e políticas públicas, gerando impacto social e ambiental positivo no município de Anápolis.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a pesquisa proposta é relevante por aliar fundamentos históricos, legais e pedagógicos da Educação Ambiental às demandas contemporâneas da crise climática. Ao investigar como a temática está inserida nos PPP das escolas municipais e como os estudantes compreendem as mudanças climáticas, o estudo contribui para consolidar práticas educativas mais críticas, interdisciplinares e contextualizadas. A proposta de um roteiro didático, somada à capacitação de professores, amplia o potencial transformador da EA e favorece a

formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade e a justiça socioambiental. O impacto esperado transcende a escola, alcançando a comunidade local e fortalecendo a implementação da Lei nº 14.926/2024.

AGRADECIMENTOS

A autora agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) pelo fomento por meio do Edital 04/2025 de bolsas de mestrado, bem como à Universidad Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA pelo apoio institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 14.926, de 9 de abril de 2024.** Altera a Lei nº 9.795/1999, para incluir diretrizes de educação climática. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 abr. 2024.

CARSON, R. **Primavera silenciosa.** 1. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas.** 12. ed. São Paulo: Gaia, 2016.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 21.** Rio de Janeiro: ONU, 1992.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS. Agenda 2030.** Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

PNUMA – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Declaração da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano.** Estocolmo: ONU/PNUMA, 1972. Disponível em: <https://www.unep.org>.

UNESCO. **Declaração da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi.** Tbilisi: UNESCO/PNUMA, 1977. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000032763>.